



COMUNICADO

Apresentação dos resultados sócio-ambientais da Vale Moçambique referente ao ano de 2018

A Justiça Ambiental, JA!, tem solicitado informação de interesse público à Vale Moçambique, sobretudo no que diz respeito ao desempenho ambiental desta multinacional, mas nunca obteve uma resposta positiva e não há no domínio público informação suficiente sobre esta matéria.

Aliás, em Fevereiro do presente ano a JA!, com base na Lei do Direito à Informação e respectivo Regulamento, solicitou relatórios detalhados de monitoria ambiental da VALE MOÇAMBIQUE que revelam o desempenho ambiental da empresa no período de 2013 a 2018. A Vale recusou fornecer esta informação alegando que a mesma não está abrangida pela Lei do Direito à Informação, o que é no mínimo um absurdo, considerando que o artigo 3 da Lei do Direito à Informação determina que a mesma "aplica-se aos órgãos e instituições do Estado, da Administração directa e indirecta, bem como às entidades privadas, que ao abrigo da lei ou contrato, realizem actividade de interesse público ou que, na sua actividade beneficiem de recursos públicos de qualquer proveniência e tenham em seu poder informação de interesse público."

É por essa razão que a JA! reafirma a sua total repulsa pelo modelo de desenvolvimento que visa a geração de lucro e a acumulação de capital, concentrado num punhado de gente que não se identifica com as preocupações dos milhares de moçambicanos expostos às consequências irreversíveis dos impactos da actividade mineira no Distrito de Moatize, na província de Tete.

A realização de uma reunião pública sobre a prestação ambiental da Vale Moçambique nos termos concebido, não responde às preocupações e pedidos de informação que desde 2009 a Justiça Ambiental tem estado a solicitar, sem sucesso. Há mais de 8 anos de actividade da mineradora que se verifica que os impactos negativos desta actividade mineira superam largamente a lista dos impactos positivos propalados pela companhia. Na página de internet (website) da companhia verificam-se 4 pilares sobre os quais firmam as acções de gestão ambiental da empresa, a destacar: (1) Preservação da Fauna e Flora, (2) gestão de recursos hídricos, (3) gestão de resíduos e (4) monitoria do ar.

No que concerne à preservação da Fauna e da Flora, a Vale Moçambique refere-se a reposição das espécies nativas e a formação em técnicas de cultivo e tratamento de árvores. No entanto, dentro das comunidades afectadas pela actividade mineira em questão, as pessoas vivem sobre solos impróprios para a prática de agricultura e para o plantio de árvores sem acesso a insumos apropriados. Uma das grandes reclamações da comunidade reassentada é a baixa capacidade produtiva da terra que lhes foi atribuída. Mas, estranhamente, estes programas são apresentados como a solução mágica para a recuperação de espécies nativas em solo inadequado para o efeito, sem contar que o tempo médio de crescimento e amadurecimento de uma árvore poderá durar de 1 a 7 anos e não são avançadas alternativas para suprir as necessidades ambientais ao longo deste período de espera. Importa destacar que após 8 anos do processo de reassentamento as espécies nativas, continuam sem ter sido recuperadas dentro do espaço onde a comunidade vive.

Outrossim, mencionam a gestão de recursos hídricos em uma actividade que exige o desperdício de elevadas quantidades de água dos principais rios de Tete (Rio Zambeze, Rio Revubué e Rio Moatize) que abastecem as actividades da mina. Estes referem-se ao reaproveitamento de 80% da água utilizada nas plantas de operações, porém, não se referem as medidas de prevenção e contaminação das águas superficiais e subterrâneas que devido ao bombeamento deixa grandes volumes de rochas expostas a processos de oxidação e com alto potencial de formação de drenagem ácida. Além de que, os afluentes dos principais rios já se encontram secos desde que a actividade mineira tomou espaço na província de Tete, o desvio dos cursos dos rios não é referenciado pela Vale Moçambique, que é uma situação real em Moatize, principalmente nas áreas próximas da mina e na comunidade de Ntchenga.

Relativamente à gestão de resíduos, está escrito que estes são tratados de forma ambientalmente sustentável, entretanto não são referenciadas as técnicas e metodologias de tratamento de rejeitos e de depósito de estéril, que estão entre os impactos ambientais mais significativos da indústria mineradora. Em Novembro de 2018, a JA! denunciou na sua página de facebook o depósito de recipientes, aparentemente contendo óleo para as máquinas, que foram depositados num curso de água em Moatize, mais concretamente no Bairro 25 de Setembro. Estes recipientes foram rapidamente removidos do local quando a empresa apercebeu-se do barulho que foi feito em volta do assunto, porém não recebemos nenhuma explicação para estes recipientes terem sido depositados naquele local de forma irresponsável, inconsciente e nada sustentável, contrariando o argumento segundo o qual, os seus trabalhadores e as comunidades estão consciencializados sobre o seu papel na gestão de resíduos. Para além disso, o contacto destes recipientes com a água, de certeza contaminou este espaço. Porém, como a Vale Moçambique, deliberadamente, recusa-se a fornecer informação relativa às suas actividades e nem sequer veio a público esclarecer como pretendia retratar-se deste grave crime contra o ambiente.

No que concerne a monitoria do ar, a Vale refere que adopta uma tecnologia de ponta de controlo de emissões de partículas respeitando os requisitos legais, entretanto chamamos atenção de que nem sempre a legalização de um acto, significa que este esteja correcto. Portanto, é inconcebível que as centenas de famílias que vivem nas proximidades da mina Moatize II, sejam submetidas a inalação de poeiras diariamente sem que isto afecte a sua saúde e a sua qualidade de vida. A tecnologia de ponta não é condição única para perceber que estamos perante uma grave violação dos direitos humanos naquele local. Para não falarmos dos constantes ruídos e vibrações do terreno em volta da mina em consequência das frequentes explosões durante as actividades da mesma.

Portanto, urge a divulgação detalhada dos impactos da actividade mineira da Vale Moçambique sobre o ambiente e sobre as condições de vida das comunidades afectadas e a responsabilização por quaisquer danos resultantes dessa actividade mineira.

Justiça Ambiental

Av. Kamba Simango No184- Maputo Tel/fax. (+258) 21496668; Cell: 82 3061275 Email: jamoz2010@gmail.com